



O Programa Saúde na Escola no cenário da COVID-19: Estudo de caso

The Programa Saúde da Família (Health at School Program) in the scenario of COVID-19:

Case study

Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho¹

Rafael Bezerra Duarte²

Olga Maria de Alencar³

Maria Rocineide Ferreira da Silva⁴

Resumo: Objetivou-se com esse estudo verificar de que formas a COVID-19 foi abordada no contexto escolar e a interlocução com o Programa Saúde na Escola neste cenário. Estudo de caso de abordagem quantitativa-descritiva realizado em duas escolas do município de Crato-Ceará, Brasil. Contou com a participação de 35 professores que responderam a um questionário elaborado pelo Google Forms com perguntas abertas e fechadas. Os dados foram compilados para o editor de planilhas Excel, organizados por meio de tabelas, gráficos e figuras com análise a partir da literatura inerente à temática. Os aspectos éticos foram cumpridos de acordo com as orientações estabelecidas pela Resolução nº 466 de 2012 do Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Dentre os professores, 60% declararam desconhecimento total acerca do programa e 48,6% que não saberiam apontar sua relevância mediante sua insipiência no tocante a proposta. Dentre eles, apenas 22,9% afirmaram ter participado de uma a três ações inerentes ao programa, e que tais atividades são planejadas pelos professores, profissionais de saúde e a gestão escolar. Com relação à condução de atividades com foco na COVID-19, 48,6% confirmaram tais práticas, a partir de estratégias de ensino e aprendizagem diversificadas. Os temas debatidos em sala de aula foram a situação vacinal, globalização, adaptações da escola, problemas sociais e familiares e as fake news. Para tanto, verifica-se que os desafios dos professores foram diversos e complexos no contexto da COVID-19, requerendo um novo posicionamento do programa no tocante ao trabalho em situações de crise e emergência sanitária.

Palavras-chave: Programa Saúde na Escola; Escola; Professores; COVID-19; Temáticas.

- 1 Enfermeira. Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Fluxos, Redes e Cuidados (GPFRIDA) – UECE. E-mail: mirna.neyara@gmail.com.
- 2 Enfermeiro. Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPSAC) - UECE. Membro do GPFRIDA - UECE. Coordenador voluntário do Programa Universidade para a Melhor Idade do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS).
- 3 Enfermeira. Doutora em Saúde Coletiva pela UECE. Docente do Mestrado Profissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Tocantins (UFT) e da Residência Multiprofissional em Atenção Básica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) - Brasília. Pesquisadora do GPFRIDA.
- 4 Enfermeira. Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenadora Geral da Articulação Interfederativa e Participativa do Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde. Líder do GPFRIDA.

Abstract: The aim of this study was to verify how COVID-19 was addressed in the school context and the dialogue with the Health at School Program in this scenario. Case study with a quantitative-descriptive approach carried out in two schools in the city of Crato-Ceará, Brazil. It had the participation of 35 teachers who answered a questionnaire prepared by Google Forms with open and closed questions. Data were compiled for the Excel spreadsheet editor, organized through tables, graphs and figures with analysis based on the literature inherent to the theme. Ethical aspects were complied with in accordance with the guidelines established by Resolution no. 466 of 2012 of the Ministry of Health/National Health Council. Among the teachers, 60% declared total ignorance about the program and 48.6% that they would not know how to point out its relevance due to their lack of knowledge regarding the proposal. Among them, only 22.9% claimed to have participated in one to three actions inherent to the program, and that such activities are planned by teachers, health professionals and school management. With regard to carrying out activities focused on COVID-19, 48.6% confirmed such practices, based on diversified teaching and learning strategies. The topics discussed at classroom were the vaccination situation, globalization, school adaptations, social and family problems and fake news. To this end, it appears that the teachers' challenges were diverse and complex in the context of COVID-19, requiring a new positioning of the program regarding work in crisis and health emergencies situations.

Keywords: COVID-19; School; Teachers; School Health Program; Thematic.

Introdução

A escola, como instituição social, define-se por sua função de ensino que busca o desenvolvimento da formação humana, tendo como ponto de partida o reconhecimento das necessidades de seus educandos (RUMOR *et al.*, 2022).

Nesse sentido, esta é considerada também um espaço indispensável à saúde coletiva, contemplando interações entre professores, alunos, familiares e profissionais de saúde, aproximações com as variáveis sociodemográficas e culturais relacionadas à infância, à adolescência e à juventude, bem como a possibilidade de enfrentamento estratégico de vulnerabilidades que acometem este público (RUMOR *et al.*, 2022; VIEIRA, BELISÁRIO, 2018).

Assim, a temática 'saúde na escola' tem recebido importante atenção de organismos internacionais, em especial, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, (Unesco) confirmando a necessidade e a relevância do assunto em âmbito mundial (JACOB *et al.*, 2019).

De acordo com a OMS, pensar a escola como um ambiente estratégico para a promoção da saúde, apoia-se na compreensão de que um programa de saúde escolar eficaz seja um dos investimentos mais promissores de um país para estes dois segmentos - educação e saúde, contemplando benefícios à qualidade de vida de estudantes e melhorias ao processo de aprendizagem, pela realização de intervenções realizadas em diferentes fases do desenvolvimento humano (VIEIRA, BELISÁRIO, 2018; JACOB *et al.*, 2019).

Partindo desses pressupostos, institui-se em 2007, no Brasil, o Programa Saúde na Escola (PSE), com enfoque na execução de atividades de prevenção, promoção e atenção à saúde no ambiente escolar em todo o território nacional, realizadas pelos profissionais da Atenção Básica à Saúde (ABS), em especial, os da Estratégia Saúde da Família (ESF), conjuntamente com professores e coordenadores pedagógicos das escolas públicas da rede básica de ensino (MEDEIROS *et al.*, 2020a; PEREIRA *et al.*, 2020).

Para tanto, o programa tem buscado galgar autonomia dos escolares e transformação dos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença a partir de resultados positivos na situação de saúde (MEDEIROS *et al.*, 2020a; PEREIRA *et al.*, 2020).

O PSE é considerado uma política contemporânea, intersetorial e interdisciplinar, de responsabilidade compartilhada entre os diversos atores envolvidos no âmbito da saúde e da educação, em que as escolas participantes devem incluir em seu Projeto Político Pedagógico (PPP) os temas das atividades em saúde desenvolvidas (OLIVEIRA *et al.*, 2018; SILVEIRA, MEYER, FÉLIX, 2019).

Estes temas devem ser debatidos em sala de aula pelos professores, com o apoio dos profissionais de saúde das Unidades Básicas de Saúde (UBS) de referência, a partir do critério de proximidade, com agendas programadas para este objetivo (OLIVEIRA *et al.*, 2018; SILVEIRA, MEYER, FÉLIX, 2019).

A proposta normativa orientada pelos Ministérios da Saúde e Educação estabelece que o PSE seja operacionalizado com atividades distribuídas em três componentes: I. Avaliação das condições de saúde de crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; II. Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos; III. Ações de formação dos profissionais de saúde e educação executores de atividades dos componentes I e II, posicionando-os como sujeitos-alvo dessas formações (MEDEIROS *et al.*, 2020a; SILVEIRA, MEYER, FÉLIX, 2019).

Faz-se ainda importante destacar que estes componentes devem ser permanentemente monitorados e avaliados a partir de indicadores estabelecidos por entidades e associações representativas dos Secretários Estaduais e Municipais de Saúde e Educação, desdobrando-se então nos componentes do monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes e o monitoramento e avaliação do programa, considerados em algumas pesquisas como os componentes IV e V do programa (BRASIL, 2007; MARINHO *et al.*, 2018; PARENTE, BARBOSA, LIMA, 2022).

No ano de 2020, devido aos impactos proporcionados pela COVID-19 em todo o mundo e a paralisação de aulas presenciais nas escolas, o PSE necessitou se adequar ao contexto de isolamento e distanciamento social, desenvolvendo suas atividades nos primeiros meses por meio de tecnologias digitais (SHERER *et al.*, 2022).

Para tanto, além das 12 ações mínimas que já eram preconizadas pelo PSE, que deveriam ser desenvolvidas de acordo com a realidade local, superando a divisão em componentes, foram inseridas as ações sobre ‘Promoção da saúde e prevenção à Covid-19’, desenvolvidas conjuntamente pelos setores saúde e educação, com papéis previamente definidos pelas equipes, de acordo com o contrato entre as partes e as necessidades de cada escola, complementando saberes e agregando aprendizado à comunidade escolar (SHERER *et al.*, 2022; WACHS *et al.*, 2022; PARENTE, BARBOSA, LIMA, 2022).

Desenvolver um trabalho nessa magnitude requer o cumprimento da diretriz da interdisciplinaridade/intersetorialidade, considerada a mais desafiadora no âmbito do PSE, por integrar de forma inédita em uma política, a necessidade de planejamento e implementação de ações a partir de dois setores que historicamente não dialogam e que possuem uma dinâmica de trabalho complexa e exacerbada. E no contexto da COVID-19, estas questões foram trazidas à tona, haja vista que as instituições escola e UBS demandaram esforços descomuns para cumprir, cada uma a sua maneira, suas funções essenciais.

No que se refere aos professores, sua participação no programa faz-se fundamental, por estarem em contato constante com os escolares, compreendendo assim as suas necessidades sociais e de saúde.

Estudo realizado por Bombach, Lara e Silveira (2022) aponta que ainda há resistência destes atores acerca do desenvolvimento de ações do PSE e falta de entendimento de sua importância.

Parente, Barbosa e Lima (2022) por sua vez, destacam que todo corpo docente, especialmente professores de escolas públicas municipais e estaduais, precisaram se reinventar no contexto pandêmico, contando com equipamentos próprios para execução de aulas em formato remoto, muitos pela primeira vez, buscando exercer seu trabalho e redução da evasão escolar.

Estas questões prejudicaram sobremaneira as ações do PSE pautadas a partir de uma construção participativa entre estes setores. Destarte, a pandemia ainda demandou destes profissionais conhecimentos para dialogar com estudantes os efeitos da COVID-19 em suas vidas e também em nível global, considerando que as consequências da pandemia se deram nos aspectos sociais, econômicos e psicológicos.

Para tanto, questiona-se: Que aproximação os professores possuem com o Programa Saúde na Escola? As ações desenvolvidas pelo programa, têm sido executadas de maneira interdisciplinar e intersetorial? Ocorreram ações no transcurso da pandemia voltadas para a temática? Como a COVID-19 foi abordada por estes atores no espaço escolar?

Assim, objetivou-se com esse estudo verificar de que formas a COVID-19 foi abordada no contexto escolar e a interlocução com o PSE neste cenário.

Método

Estudo de caso de abordagem quantitativo-descritiva, realizado no município de Crato, localizado ao Sul do estado do Ceará, que possuía, à época da coleta de dados, 37 escolas com adesão ao PSE (34 municipais e três estaduais), três destas pactuadas durante o biênio 2021-2022.

A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede pública – uma municipal (do 6º ao 9º ano) e uma estadual (do 1º ao 3º ano do nível médio), ambas com adesão ao PSE em ciclos anteriores ao advento da pandemia, e com informações de ações do programa realizadas entre 2020 a 2021, período considerado crucial no ambiente escolar em decorrência do fechamento das escolas como medida de prevenção à COVID-19.

A escola estadual possuía, à época da coleta de dados, 26 professores em seu quadro de colaboradores e a municipal, 29. Buscou-se a identificação dos professores com admissão em 2020 e/ou 2021 e em pleno exercício. Assim, 45 sujeitos representavam o universo dessa investigação, 25 da escola estadual e 20 da escola municipal com atuação no 9º ano, por ter sido a série escolar com maior número de ações do PSE.

Houve uma articulação prévia com Direção, Coordenação pedagógica e Secretaria das escolas para apresentação da pesquisa e solicitação dos contatos telefônicos dos professores. Foi encaminhado um texto padrão via WhatsApp aos 45 sujeitos entre abril e maio de 2022, com explicações sucintas acerca da pesquisa e o link do questionário com perguntas fechadas e abertas, com acesso por meio do Google

Forms. Destes, 35 responderam o instrumento de coleta de dados e os demais, após cinco tentativas, foram considerados como recusantes à pesquisa.

Os dados foram compilados do Google Forms para o editor de planilhas Excel, organizados por meio de tabelas e gráficos apresentados em frequências absoluta e relativa e de trechos das questões abertas por figuras, com análise a partir das diretrizes da interdisciplinaridade e intersetorialidade, que favorecem a implementação do PSE no âmbito dos territórios.

A pesquisa cumpriu os aspectos éticos e legais exigidos para estudos com seres humanos, seguindo as diretrizes da Resolução nº 466/2012 aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde / Ministério da Saúde, que dispõe sobre a matéria (BRASIL, 2012).

Assim, obteve-se a aprovação dos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade Regional do Cariri (URCA), obtendo os pareceres de número 5534 (CEP - UECE) e 5055 (CEP - URCA), instituições proponente e coparticipante, respectivamente.

Resultados

Com relação ao perfil sociodemográfico e profissional, a tabela 1 contempla dados referentes ao sexo, faixa etária e renda enquanto docente.

Tabela 1. Caracterização dos(as) professores(as) quanto ao sexo, faixa etária e renda salarial docente. Crato, Ceará, 2022.

CARACTERÍSTICAS	N	%
Sexo		
Feminino	21	60%
Masculino	14	40%
Faixa etária		
20 a 30 anos	4	11,4%
31 a 40 anos	18	51,4%
41 a 50 anos	11	31,4%
51 anos ou mais	2	5,8%
Renda – Salário mínimo		
De 1 a menos de 2	10	28,6%
De 2 a menos de 3	2	5,7%
De 3 a menos de 4	6	17,1%
De 4 a menos de 5	12	34,3%
De 5 a menos de 10	5	14,3%

Fonte: Elaboração da pesquisadora/Dados da pesquisa.

A seguir, a tabela 2 fornece dados com relação à formação, tempo de formação e atuação no magistério, pós-graduação, perfil da escola onde trabalham e período de atividade nesta, e ainda, o vínculo empregatício dos professores.

Tabela 2. Caracterização dos(as) professores(as) quanto à formação e trajetória profissional. Crato, Ceará, 2022.

CARACTERÍSTICAS	N	%
Formação por área *		
Linguística, letras e artes	13	37,1%
Ciências humanas	9	25,7%
Ciências exatas	7	20%
Ciências biológicas	3	8,6%
Ciências da saúde	3	8,6%
Tempo de formação		
De 1 a 3 anos	4	11,4%
De 4 a 6 anos	7	20%
De 7 a 10 anos	3	8,6%
De 11 a 15 anos	13	37,1%
De 16 a 20 anos	4	11,4%
Mais de 20 anos	4	11,4%
Pós-Graduação *		
Especialização	27	77,1%
Mestrado profissional	9	25,7%
Mestrado acadêmico	3	8,6%
Perfil da escola onde atua		
Escola municipal	15	43%
Escola estadual	20	57%
Tempo de atuação na escola onde atua		
De 1 a 3 anos	13	37,1%
De 4 a 6 anos	2	5,7%
De 7 a 10 anos	14	40%
De 11 a 15 anos	5	14,3%
20 anos ou mais	1	2,9%
Vínculo empregatício		
Efetivo	25	71,4%
Temporário	10	28,6%

Fonte: Elaboração da pesquisadora/Dados da pesquisa.

* Nesta característica os(as) professores(as) declararam mais de uma resposta.

Ressalta-se que 22,9% dos professores declararam mais de uma formação, tanto nas áreas descritas acima como nas Ciências Sociais aplicadas, com destaque ao curso de Direito. Na tabela, foram consideradas as áreas de acordo com o curso voltado a sua atividade docente em cada escola.

A tabela 3 contempla dados específicos acerca do PSE, considerando o conhecimento dos professores sobre o programa e sua relevância, participação e/ou contribuição e/ou condução nas ações e quantitativo destas.

Tabela 3. Distribuição percentual dos(as) professores(as) em relação ao conhecimento do Programa Saúde na Escola (PSE) e ações desenvolvidas. Crato, Ceará, 2022.

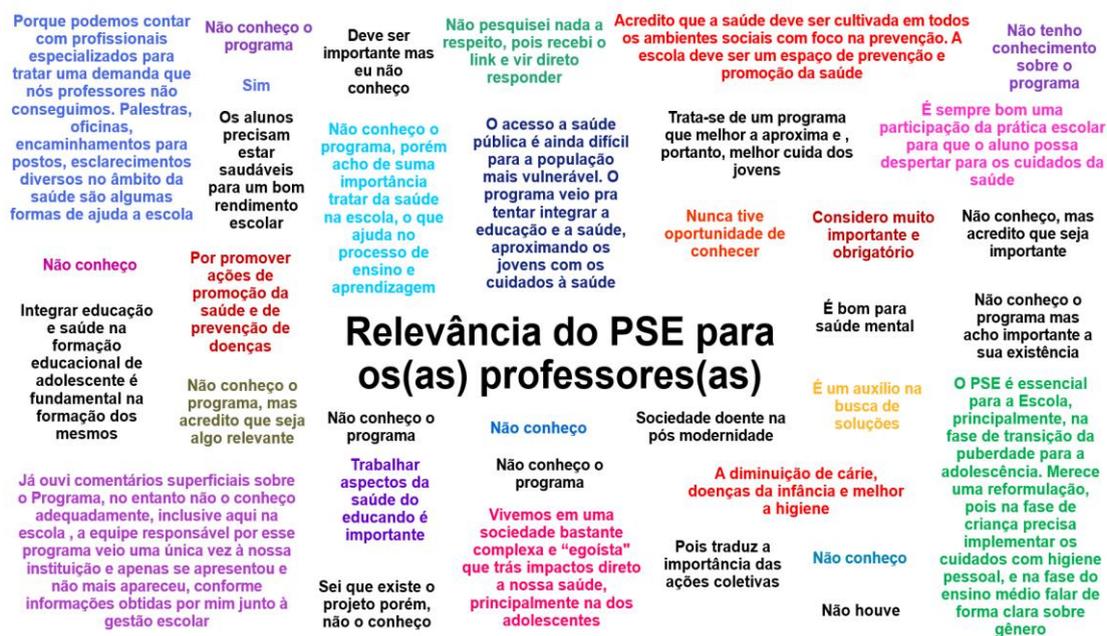
PERGUNTAS	RESPOSTAS	N	%
Conhece a política do Ministério da Saúde/Educação denominada de Programa Saúde na Escola (PSE)?	Sim	14	40%
	Não	21	60%
Considera o PSE relevante para as ações de cuidado com o público adolescente e jovem?	Sim	18	51,4%
	Não conhece para ter uma opinião	17	48,6%
Já participou/contribuiu e/ou conduziu ações voltadas ao PSE?	Sim	8	22,9%
	Não	27	77,1%
Quantas ações do PSE você já participou/contribuiu e/ou conduziu?	Entre uma a três	8	22,9%
	Não me recordo	3	8,6%
	Nenhuma	24	68,6%
As ações realizadas por meio do PSE são planejadas entre os professores, a gestão local da escola e o setor saúde?	Sim	8	22,9%
	Não	3	8,6%
	Não sei informar	24	68,5%

Fonte: Elaboração da pesquisadora/Dados da pesquisa.

Uma das questões abertas do instrumento tratava-se da justificativa atribuída à importância do PSE, em que estes destacaram o fato de poder contar com profissionais de saúde em demandas que a escola não consegue solucionar; integração escola e serviço de saúde na formação do adolescente; necessidade de saúde para um bom aprendizado; possibilidade de realização de ações de promoção à saúde e prevenção de doenças; resolução de problemas vivenciados pela sociedade atual, com foco na saúde mental desse público; transformações inerentes a cada fase (infância, adolescência e juventude).

Os que desconheciam a existência do programa ou pouco compreendiam sobre ele, assim justificaram sua resposta. A figura 1 consolida os argumentos dos professores:

Figura 1. Justificativas dos(as) professores(as) acerca da relevância do PSE

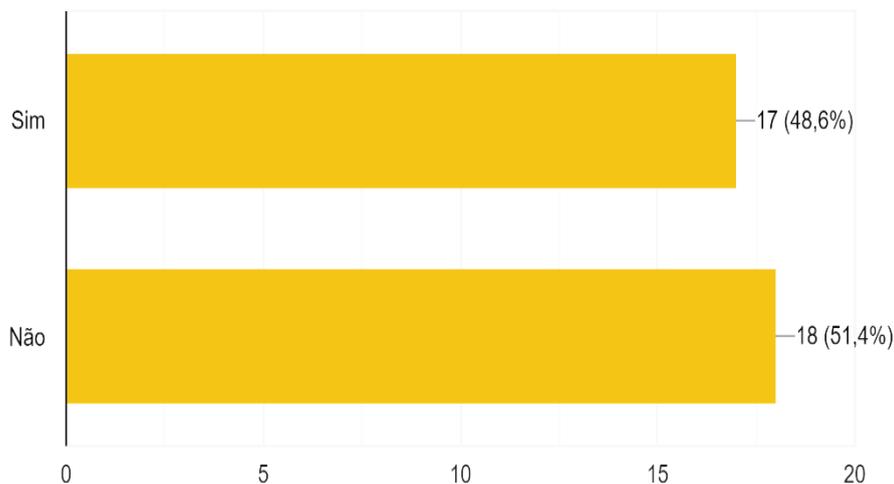


Fonte: Elaboração da pesquisadora/Dados da pesquisa.

Especificamente com relação a COVID-19, os professores foram indagados quanto a realização ou não de ações, descrição dessas ações e temas desenvolvidos em sala de aula com seus educandos.

O gráfico 1 aponta a condução de atividades inerentes à COVID-19 no ambiente escolar.

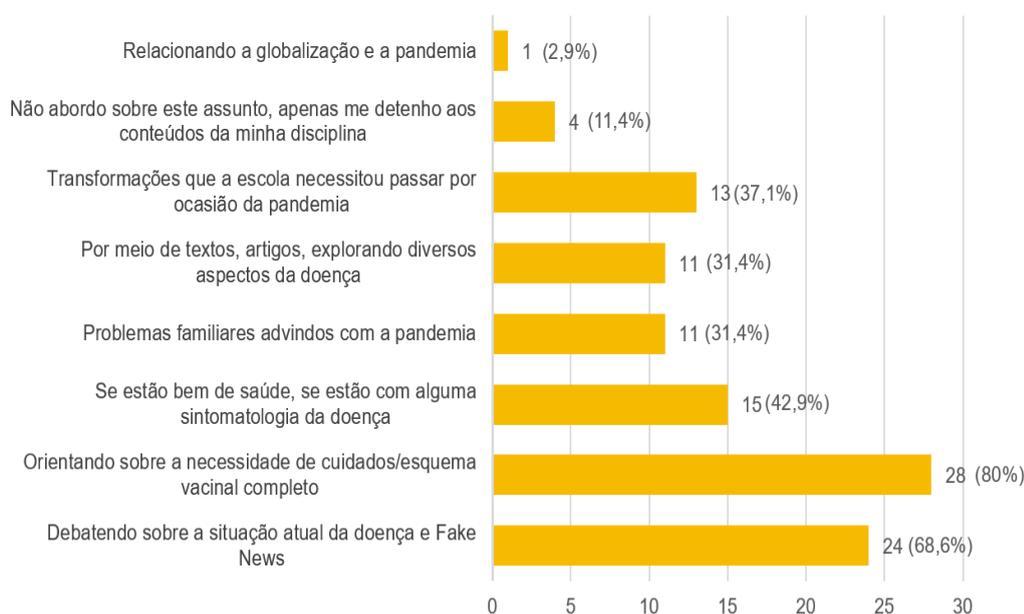
Gráfico 1. Condução dos professores em atividade(s) relacionada(s) à COVID-19 no ambiente escolar



Fonte: Dados da pesquisa.

Em uma das proposições, foi-lhes solicitada a descrição dessas atividades, de maneira que àqueles que as realizaram ressaltaram iniciativas por meio de apresentação e discussão de dados, reuniões com o comitê gestor sobre a volta às aulas, orientações acerca de prevenção e vacinação, importância do uso da máscara, debates a partir de textos, palestras, projetos de pesquisa, e ainda, estudos voltados à representação da arte no contexto pandêmico.

Gráfico 2. Temáticas abordadas pelos professores acerca da COVID-19



Fonte: Dados da pesquisa.

Discussão

Ainda que não tenha sido o foco dessa investigação, conhecer o perfil de professores da educação básica faz-se de extrema relevância, podendo ser um catalisador para futuras pesquisas, não apenas para o desenvolvimento docente, como também para o aprimoramento de políticas públicas (SILVA, FERREIRA, SILVA, 2021), a exemplo do PSE.

Esses resultados confirmam que a escola é um espaço de trabalho predominantemente feminino, relacionando-se ao processo histórico de entrada das mulheres no mercado de trabalho, pois a maioria ingressou no campo educacional (ROCHA, BLASZKO, 2022).

A faixa etária preponderante, entre 31 e 40 anos, é a mesma encontrada na pesquisa de Silva, Ferreira e Silva (2021), em escolas públicas de um município do interior baiano, confirmando-se um quadro de professores relativamente jovem. Não obstante, estudo que buscou analisar a associação entre a autoavaliação de saúde dos professores e as condições encontradas para o trabalho na educação básica no Brasil, apontou que 51,4% destes, possuíam 40 anos ou mais (MORAIS, ABREU, ASSUNÇÃO, 2023).

No que se refere à formação, utilizou-se para classificação as nove grandes áreas de avaliação orientadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em que foram citadas as áreas de Linguística, Letras e Artes; Ciências humanas; Ciências exatas; Ciências biológicas e Ciências da saúde.

Dados do censo escolar de 2022 produzido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que em todo o país, a predominância na formação dos professores acontece por meio da licenciatura (BRASIL, 2023a), assim como nesse estudo, considerando que as áreas citadas foram as de Letras, Artes, Pedagogia, Geografia, Teologia, História, Matemática, Biologia e Educação física, na mesma modalidade.

A busca pelo aperfeiçoamento profissional foi verificada pela quase totalidade dos professores, considerando a realização de cursos lato e stricto sensu. Silva, Ferreira e Silva (2021), afirmam que, mesmo com todas as críticas de que o professor não mudou a sua prática e que a escola não avançou adequando-se às demandas da sociedade contemporânea, o cenário escolar sofreu transformações positivas, que perpassam desde a elaboração de estratégias, recursos didáticos diferenciados, reformas políticas e, em especial, a qualificação profissional.

Nos cenários estudados, observou-se ainda a conclusão de outro curso de nível superior entre 22,9% dos docentes, relacionados ou não a sua área de atuação, mas demonstrando o compromisso de aprender cada vez mais para melhor exercerem seu ofício.

No que concerne ao vínculo empregatício, a predominância é de profissionais concursados, assim como ocorre no restante do país com docentes da educação básica da administração pública, sejam da esfera municipal ou estadual, em que estes possuem estabilidade funcional, plano de cargos e carreiras definidos e direitos trabalhistas minimamente assegurados (PREVITALI, FAGIANI, 2021).

No entanto, assim como na realidade estudada, sob a influência das reformas neoliberais, tem-se ampliado as relações por meio de empresas terceirizadas, utilizando-se da Consolidação das Leis do Trabalho, também as contratações temporárias, realizadas por cada federativo ou ainda, uma vinculação em caráter eventual ou intermitente em situações emergenciais, modalidade sem qualquer vínculo de contrato (PREVITALI, FAGIANI, 2021), reflexo da Reforma Trabalhista ocorrida em 2017 (BRASIL, 2017).

No quesito renda enquanto docente, tomou-se como base o Salário Mínimo (SM) brasileiro de R\$ 1.212,00, referente ao ano de 2022. Faz-se relevante destacar que desde 2008, existe um piso salarial aprovado nacionalmente para esta categoria, com reajustes anuais independente do vínculo exercido, considerando-se uma Carga Horária (CH) de 40 horas semanais ou 200 horas mensais de trabalho. Em 2022, este valor era de R\$ 3.845,63, excluindo-se as demais gratificações (BRASIL, 2023b).

Nesse estudo, 28,6% dos professores declararam proventos entre um a menos de dois SM, no entanto, o questionário aplicado a estes não contemplava perguntas acerca de CH. Dessa forma, não há como fazer um parâmetro de adequação aos valores recebidos de acordo com o piso salarial nacional.

Com relação aos questionamentos acerca do PSE, identificou-se que 60% dos participantes da pesquisa desconheciam completamente o programa, dado este considerado preocupante, já que estes profissionais são extremamente necessários para a efetivação da proposta, tanto na identificação das necessidades de saúde dos estudantes, como também para programação de atividades de forma conjunta ou não com profissionais da ESF.

É sabido que o componente III do programa está direcionado para a formação inicial e permanente de profissionais de saúde e educação, de maneira que estratégias de aproximação e de apropriação em nível municipal devem ser proporcionadas, em especial, para os professores, por não se tratar de sua área específica de conhecimento.

Pereira *et al.*, (2021), em investigação realizada em uma escola pública municipal de Belém do Pará, identificaram que metade dos sujeitos desconhecia categoricamente o PSE, mesmo em escolas onde ocorreram ações relacionadas ao programa, em que atribuem esta conjuntura à qualidade da comunicação

e transmissão de informações na escola, cabendo uma maior atenção aos seus interlocutores.

Deste modo, Pereira et al, (2020), afirmam que, embora o PSE tenha sido implantado desde 2007, as compreensões sobre seus pressupostos, objetivos e alcance são múltiplas e se constroem de acordo com o contexto em que os principais atores estão inseridos.

Esta assertiva coaduna com o que foi encontrado nessa investigação, pois, ao serem questionados acerca da relevância do PSE, as opiniões tecidas foram diversificadas, com aspectos voltados à intersetorialidade e interdisciplinaridade oportunizadas pelo programa; da necessidade do setor saúde próximo à escola, pelas limitações que apresentam nessa seara e da escola como um cenário importante para a realização de ações no campo da prevenção de doenças e promoção da saúde.

Os professores ainda ressaltaram que o PSE faz-se importante pois a saúde é uma condição essencial ao aprendizado e, porquanto, ao rendimento escolar, foco dos professores; que a saúde ainda está pautada no campo biológico, considerando as alterações físicas e hormonais que o público adolescente e jovem vivencia, e, portanto, o programa busca modificar esse olhar, e ainda, pelo contexto atual, de adoecimento mental prevalente nesse público.

Tais achados corroboram com os estudos realizados por Fernandes *et al.*, (2022); Schneider, Magalhães e Almeida (2022); Jacob et al, (2019); Vieira e Belisário (2018); Marinho, et al, (2018); Santos (2021), sendo que o nosso contempla especificamente o entendimento dos docentes.

Destarte, o programa busca contribuir para uma atenção integral no contexto da promoção, proteção e atenção à saúde, observando os princípios e diretrizes do SUS de forma a colaborar com uma formação ampla para cidadania e efetivação de direitos sociais à saúde e à educação (SHERER *et al.*, 2022).

Seu escopo de atuação é abrangente, com ações inerentes à avaliação antropométrica, avaliação auditiva, avaliação da saúde bucal, avaliação da situação vacinal, avaliação nutricional, avaliação oftalmológica, avaliação psicossocial, detecção precoce das doenças crônicas, detecção precoce das doenças negligenciadas para o componente I (MEDEIROS *et al.*, 2020a; MEDEIROS *et al.*, 2020b).

Para o componente II, aplica-se à prevenção ao uso de álcool, crack, tabaco e outras drogas, prevenção de violências e acidentes, promoção da alimentação saudável e da segurança alimentar, promoção da cultura de paz e dos direitos humanos, promoção da saúde ambiental e do desenvolvimento sustentável, promoção da saúde sexual e reprodutiva e prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis e Aids, promoção das práticas corporais e atividade física, e a prevenção da COVID-19 (MEDEIROS *et al.*, 2020a; MEDEIROS *et al.*, 2020b).

Nesse entendimento, verifica-se que a participação dos professores não está sendo cumprida, haja vista que apenas 22,9% declararam atuação entre uma a três ações do programa. Este achado contribui para questionamentos quanto ao planejamento de atividades desenvolvidas pelos profissionais dos setores da saúde e da educação mediante compartilhamento de seus saberes, uma das premissas máximas do programa.

Reflete-se ainda se as ações estão sendo seguidas a partir das demandas levantadas pela comunidade escolar, considerando ser esta uma normativa do PSE, de maneira que a responsabilidade dos professores deve ser contínua, pela sua proximidade com os alunos e pelo tempo dedicado a eles, muito mais que os

profissionais de saúde, que possuem demandas com pessoas em todos os seus ciclos vitais (MEDEIROS *et al.*, 2020a; SCHNEIDER, MAGALHÃES, ALMEIDA, 2022).

Nas escolas estudadas, nem mesmo a coordenação pedagógica e a diretoria detinham informações precisas acerca da condução do programa, demonstrando claramente que as ações estão concentradas nos profissionais de saúde, que em muitas situações, apenas utilizam-se do espaço escolar para o cumprimento de agendas, haja vista a necessidade de ações mínimas realizadas a partir de pactuações tecidas pelo Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) do nível federal.

Executar as ações nesse âmbito sugere uma responsabilidade compartilhada como uma condição indispensável à efetividade do programa. Aos profissionais da educação cabe a disseminação do objetivo do PSE para os escolares, assim como indagá-los sobre temas necessários à sua faixa etária, a sua cultura e dificuldades vivenciadas, o que aproximaria também o setor saúde da escola (PEREIRA *et al.*, 2020).

Como executar ações dessa natureza sem conhecer os pressupostos e diretrizes do programa? Como fortalecer o trabalho interdisciplinar e transpor os muros setoriais sem a participação de todos esses agentes?

No PSE, para o alcance da interdisciplinaridade, urge o imperativo da comunicação entre as diferentes disciplinas, compreendidas como áreas do conhecimento. Um trabalho efetivamente interdisciplinar oportuniza contextos propícios para a construção colaborativa de novos conhecimentos, que surgem da integração de saberes oriundos de disciplinas diferentes, requerendo uma articulação entre os sujeitos envolvidos, em seu território de ação (SCHNEIDER, MAGALHÃES, ALMEIDA, 2022).

A intersetorialidade pode ser concebida como uma estratégia para otimização de recursos de diversas ordens no âmbito de planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas, com análise de problemas multicausais e definição de soluções conjuntas e articuladas para problemas que atingem dois ou mais setores (SILVEIRA, MEYER, FÉLIX, 2019).

Para a consolidação da intersetorialidade no PSE, mesmo frente ao seu conhecimento como prática estabelecida entre saúde e educação, os entraves existentes no cotidiano destes setores resultam em práticas pontuais, fragmentadas e desarticuladas, demonstrando a complexidade do sistema, tanto no campo pessoal quanto organizacional, em que se pese a necessidade de incorporação da saúde ao currículo integrando saberes e experiências, promovendo e almejando, assim, a transetorialidade do programa (VIEIRA, BELISÁRIO, 2018; FERNANDES *et al.*, 2022).

Tais reflexões e análises suscitam um debate ampliado em torno dos agentes responsáveis pelo programa, ressaltando que no âmbito de competências do GTI municipal, destacam-se a integração e o planejamento conjunto entre as equipes das escolas e as equipes da ABS, além da participação no planejamento integrado da educação permanente para os profissionais e sua formação continuada, como forma de viabilização da execução do programa (BRASIL, 2013).

Os questionamentos realizados no tocante às práticas desenvolvidas mediante a COVID-19 não foram direcionadas especificamente ao PSE pois, anteriormente à coleta de dados, foi feito um levantamento junto à Secretaria Municipal de Saúde em que se constatou que até àquele momento, nenhuma ação focada para a pandemia tivesse sido executada.

Percebe-se uma fragilidade do programa, pois, mesmo com o fechamento das escolas ao longo de meses, poderiam ter sido realizadas atividades com os escolares por meio de lives ou mesmo reuniões com o público docente, a fim de capacitá-los para o trabalho no transcurso da pandemia.

Corroborando com este pensamento, Neves *et al.*, (2021) apontam que a educação em saúde mediada pela internet, em especial, com a utilização de lives, modificou as formas de aprender e ensinar, tornando factível a comunicação virtual, propiciando interações no tempo e no espaço e maior liberdade tanto para quem aprende como para quem ensina, ampliando a rede de contato e a interdisciplinaridade.

No entanto, mesmo sem o apoio expressivo da saúde, os professores exerceram o seu papel social como facilitador de atividades relacionadas a esse contexto tão importante e traumático, sobretudo para a comunidade escolar.

Para tanto, dos 48,6% que declararam ações voltadas para a COVID-19 na escola, foram descritas estratégias diversas como palestras, debates, pesquisas, conversas e orientações, utilização de charges e textos, além de considerarem a arte como instrumento de expressão face ao momento vivenciado pela pandemia.

Considerando os efeitos trazidos pela COVID-19, que tornaram ainda mais perceptível a desigualdade social no país, os professores necessitaram, para além de adaptações no campo das estratégias pedagógicas e garantia da permanência do vínculo de estudantes na escola, buscar conhecimento com relação a todas as facetas inerentes à doença.

Destarte, os professores procuraram debater aspectos acerca da situação vacinal, globalização, adaptações da escola no tocante a uma nova realidade e ainda, os problemas sociais e familiares que marcaram esse momento.

Salienta-se que apenas 11,4% dos investigados admitiram não discutir essa temática em sala de aula, realidade ocorrida com professores da área das Ciências Exatas.

Pesquisa realizada por Samá *et al.*, (2020), destacou que professores das Ciências Exatas precisam entender conceitos ligados à Biologia, Ciências, Sociologia, Filosofia relacionados ao contexto, desenvolvendo sua capacidade de formular questões críticas, superando crenças e atitudes e posicionando-se em favor de um ensino instrumentalizado. Destacam ainda que a diversidade de informações estatísticas relativas à pandemia, deveria ter desafiado docentes dessa área a pensar em uma contribuição para a compreensão das informações estatísticas divulgadas nas mídias, contextualizando-as em sala de aula.

Ressalta-se, para tanto, que os professores dessas áreas poderiam ter trabalhado sob diversas perspectivas, articulando os conhecimentos deste campo do saber à realidade nacional e internacional e ao cotidiano de seus estudantes, transversalizando ações no âmbito do programa.

Com um trabalho mais participativo e dialógico no PSE, essas temáticas estariam contempladas no Projeto Pedagógico Curricular de todos os anos escolares, em especial, para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, o que traria segurança a todos estes atores, independente de formação, considerando que os efeitos da pandemia ainda reverberam no cotidiano escolar.

Outro fator de destaque observado, é que 68,6% dos sujeitos da pesquisa admitiram orientações

sobre as fake news, expressão utilizada para representar as notícias fabricadas e fraudadas pelos meios de comunicação de massa e impostas como verdades por revistas, jornais, rádios e canais de televisão (FALCÃO, SOUSA, 2021).

Estudo realizado por Barcelos *et al.*, (2021), que buscou caracterizar as fake news que circularam no Brasil no tocante à COVID-19, destaca as campanhas antivacinas, assuntos voltados para política e economia, descumprimento das normas sanitárias por autoridades e famosos, atuação equivocada dos serviços de saúde, tratamentos sem evidências científicas, origem e comportamento do vírus, dentre outros aspectos.

Ademais, os discursos emanados por autoridades políticas em todas as esferas de governo, especialmente à federal, proporcionaram percepções errôneas em pessoas de todos os níveis sociais, não sendo diferente no cenário escolar, inclusive, pela influência cultural que as mídias sociais e/ou internet exercem no comportamento de adolescentes e jovens.

Nesse entendimento, Santos (2021) refere que não se pode responsabilizar integralmente as mídias sociais e/ou internet pelas transformações sociais e culturais no comportamento de adolescentes e jovens, mas há uma compreensão de que estas exercem influências relevantes frente a esta situação.

Para tanto, verifica-se que os desafios dos professores foram diversos e complexos no contexto da COVID-19, requerendo um novo posicionamento do PSE no tocante ao trabalho em situações de crise e emergência sanitária.

Conclusão

A interpretação dos achados dessa investigação demonstra que há um longo e árduo caminho para a consolidação de práticas efetivamente interdisciplinares e intersetoriais no contexto do Programa Saúde na Escola. O desconhecimento dos professores quanto à existência do programa, a falta de participação destes nas ações pactuadas e ainda, a inexistência de diálogo entre os entes representativos da proposta, tornam-no fragmentado, desarticulado e sem alcance para o público-alvo.

No que tange à COVID-19, identificou-se que, apesar das lacunas percebidas pelo PSE, os professores mantiveram seu compromisso social na continuidade da formação de seus educandos, considerando que no âmbito de sua área de atuação, não envidaram esforços para oferecer à comunidade escolar conhecimentos e reflexões acerca da pandemia.

Vis-à-vis, faz-se imperioso apontar as lacunas desse estudo, tanto no que se refere a inviabilidade de sua realização com as 37 escolas pactuadas com o programa, como também pela ausência da participação dos atores da saúde, oportunizando-se assim uma análise mais macro do fenômeno ora estudado.

Referências

BARCELOS, T. N. *et al.* Análise de *fake news* veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, v. 45, e65, p.1-8, 2021.

BOMBACH, G. D.; LARA, S.; SILVEIRA, M. G. S. Análise das fragilidades e potencialidades do programa saúde na escola a partir da percepção dos multiplicadores. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v.8, n. 26, p.587-600, 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2022**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2023a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer 1/2023/CGVAL/DIFOR/SEB/SEB**. Piso salarial nacional dos profissionais do magistério da educação básica pública para o ano de 2023. Brasil, 2023b.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria geral. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasil, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do ministro. **Portaria interministerial nº 1.413, de 10 de julho de 2013**. Redefine as regras e critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE) por Estados, Distrito Federal e Municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio e ações. Brasil, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasil, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 6.826, de 05 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Brasil, 2007.

FALCÃO, P.; SOUSA, A. B. Pandemia de desinformação: as *fake news* no contexto da Covid-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v.15, n.1, p.55-71, 2021.

FERNANDES, L. A. *et al.* Promoção da saúde e intersetorialidade na Escola: a monumental ambição do Programa Saúde na Escola. **Saúde debate**, v. 46, n. especial 3, p. 5-8, 2022.

JACOB, L. M. S. *et al.* Ações educativas para promoção da saúde na escola: Revisão integrativa. **Saúde e Pesqui.** v. 12, n. 2, p. 419-426, 2019.

MARINHO, M. N. A. S. B. *et al.* Programa Saúde na Escola: Dos processos formativos aos cenários de práticas. **J Hum Growth Dev.**, v. 28, n. 2, p. 175-182, 2018.

MEDEIROS, E. R. *et al.* Ações executadas no Programa Saúde na Escola e seus fatores associados. **Av Enferm.**, v. 39, n. 2, p. 167-177, 2020a.

MEDEIROS, E. R. *et al.* Structure of services and material health resources associated with the School Health Program. **Rev Bras Enferm.**, v. 73, n. 6, e20190073, p. 1-8, 2020b.

MORAIS, E. A. H.; ABREU, M. N. S.; ASSUNÇÃO, A. A. Autoavaliação de saúde e fatores relacionados ao trabalho dos professores da educação básica no Brasil. **Cien Saude Colet.**, v. 28, n. 1, p. 209-222, 2023.

NEVES, V. N. S. *et al.* Utilização de *lives* como ferramenta de educação em saúde durante a pandemia pela COVID-19. **Educ. Soc.**, v. 42, e240176, p. 1-17, 2021.

- OLIVEIRA, F. P. S. L. *et al.* Percepção de escolares do ensino fundamental sobre o Programa Saúde na Escola: um estudo de caso em Belo Horizonte, Brasil. **Cien Saude Colet.**, v. 23, n. 9, p. 2891-2898, 2018.
- OLIVEIRA, R. K.; NOGUEIRA, M. O.; TORRES, M. A. Professores homens nas primeiras etapas da educação básica: dilemas e enfrentamentos. **Educação, Ciência e Cultura**. v. 27, n. 1, p. 1-17, 2022.
- PARENTE, B. A. V.; BARBOSA, A. F. S. R.; LIMA, L. B. Programa saúde na escola e a ação sobre o luto em tempos de COVID-19. **Health Residencies Journal**, v. 3, n. 16, p. 1-25, 2022.
- PEREIRA, P. L. G. *et al.* A implementação do Programa Saúde na Escola em três municípios de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 10, e3566, p. 1-11, 2020.
- PEREIRA, F. M.; Et al. Percepções, vivências e perspectivas sobre a saúde escolar e o Programa Saúde na Escola: o olhar dos professores da rede pública municipal de Belém-PA. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 1, e310126, p. 1-24, 2021.
- PREVITALLI, F. S.; FAGIANI, C. C. Educação básica sob a pandemia COVID-19 no Brasil e a educação que convém ao capital. **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, v. 6, n. 11, p. 499-518, 2021.
- ROCHA, R. E. R.; BLASZKO, C. E. Contribuição da formação continuada na qualidade de vida de docentes da educação básica. **Rev. Diálogo Educ.**, v. 19, n. 61, p. 147-168, 2022.
- RUMOR, P. C. F. *et al.* Programa Saúde na Escola: potencialidades e limites da articulação intersetorial para promoção da saúde infantil. **Saúde debate**, v. 46, n. esp. 3, p. 116-128, 2022.
- SANTOS, C. COVID-19 e saúde mental dos adolescentes: Vulnerabilidades associadas ao uso de internet e mídias sociais. **Holos**, ano 37, v. 3, e11651, p. 1-14, 2021.
- SAMÁ, S. *et al.* Reflexões sobre o papel da estatística na formação de professores no contexto da pandemia da Covid-19. **JIEEM**, v. 13, n. 4, esp, p. 437-449, 2020.
- SHERER, M. D. A. *et al.* O Programa Saúde na Escola no Distrito Federal antes e durante a pandemia da Covid-19. **Saúde debate**, v. 46, n. esp. 3, p. 45-61, 2022.
- SCHNEIDER, S. A.; MAGALHÃES, C. R.; ALMEIDA, A. N. Percepções de educadores e profissionais de saúde sobre interdisciplinaridade no contexto do Programa Saúde na Escola. **Interface**, v. 26, e210191, 2022.
- SILVA, M. A.; FERREIRA, L. G.; SILVA, J. G. Professores da educação básica do município de Amargosa – BA: Uma análise do perfil pessoal-profissional. **Educ. Anál.**, v. 6, n. 2, p. 207-220, 2021.
- SILVEIRA, C. C.; MEYER, D. E. E.; FÉLIX, J. A generificação da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Rev. bras. Estud. Pedagóg.**, v. 100, n. 255, p. 423-442, 2019.
- VIEIRA, L. S.; BELISÁRIO, S. A. Intersetorialidade na promoção da saúde escolar: um estudo do Programa Saúde na Escola. **Saúde Debate**, v. 42, n. esp. 4, p. 120-133, 2018.
- WACHS, L. S.; Et al. Avaliação da implementação do Programa Saúde na Escola do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: 2012, 2014 e 2018. **Cad. Saúde Pública**, v. 38, n. 6, e00231021, p.1-14, 2022.

Submetido em: 08/04/2023.

Aceito em: 28/06/2023.